

Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2018

PRESENTE NA SESSÃO
ORDINÁRIA

25 ABR. 2019

DELIBERAÇÃO

*Deliberado tomar
Ata no conhecimento*

PRESENTE NA REUNIÃO
ORDINÁRIA

15 ABR. 2019

DELIBERAÇÃO



Análise Económico-financeira

Dezembro 2018

Índice

1. Introdução	3
2. Análise da Situação e Evolução Patrimonial.....	4
2.1. Análise Patrimonial	4
2.1.1. Análise da evolução do Ativo	5
2.1.2. Análise da evolução dos Fundos Próprios e do Passivo	6
2.1.2.1. Fundos Próprios	6
2.1.2.2. Passivo	7
2.2. Análise económico-financeira	8
2.2.1. Análise Económica.....	8
A. Evolução dos Proveitos Operacionais	8
B. Evolução de Custos	9
C. Evolução dos Resultados.....	10
2.2.2. Análise Financeira	11
2.3. Análise à Execução Orçamental	12
2.3.1. Controlo Orçamental da Receita.....	13
2.3.2. Controlo Orçamental da Despesa	16
2.4. Limite de Endividamento	18

15 ABR. 2019

DELIBERAÇÃO:

*Deliberado Submeter
à apreciação da Ass.
Municipal*



Câmara Municipal de Vimioso

Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2018

Exmos. Senhores

Em cumprimento do disposto na **alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei 73/2013, de 03 de Setembro**, procedemos à análise económico-financeira da Câmara Municipal de Vimioso, com referência a 31 de Dezembro de 2018.

1. Introdução

A análise económico-financeira foi elaborada após a auditoria às contas e tendo por base o respetivo balancete reportado a 31 de Dezembro de 2018.

Para efeitos da **análise da situação e evolução patrimonial** (análise financeira ou de Balanço) e da **análise da evolução dos Resultados** (análise económica ou de Resultados) comparamos os dados reportados a 31 de Dezembro de 2018 com os reportados a 31 de Dezembro de 2017.

A análise que se segue foi preparada com base nas Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Município elaboradas a partir dos elementos contabilísticos analisados.

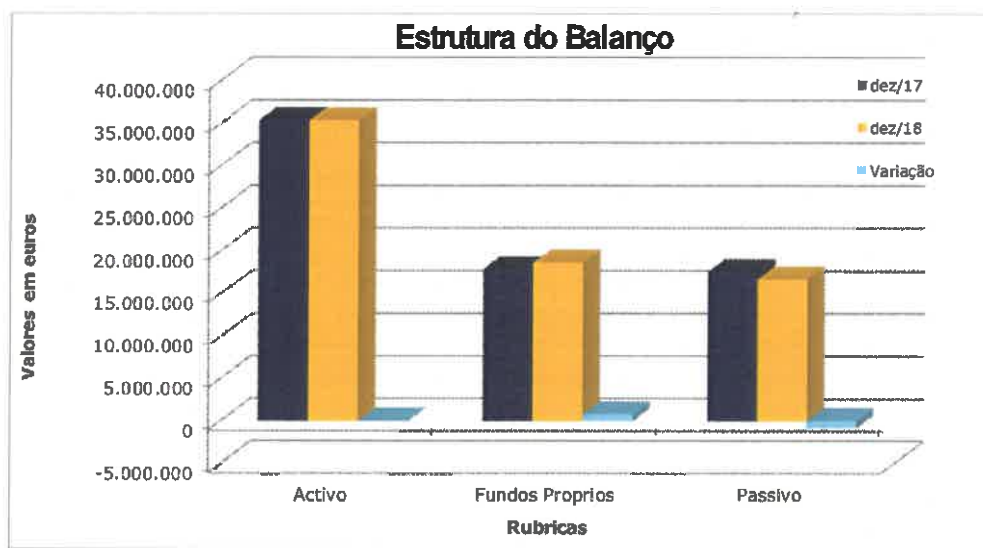
2. Análise da Situação e Evolução Patrimonial

2.1. Análise Patrimonial

Comparativamente a Dezembro de 2017 a estrutura patrimonial do Município é, à data de 31 de Dezembro de 2018, a seguinte:

Evolução da Estrutura do Balanço

Rubricas	31.12.18	31.12.17	Variação Abs.	%
Activo Total	35.224.755	35.275.905	- 51.150	0%
Passivo	16.643.740	17.484.478	-840.739	- 5%
Fundos Proprios	18.581.015	17.791.427	789.588	4%

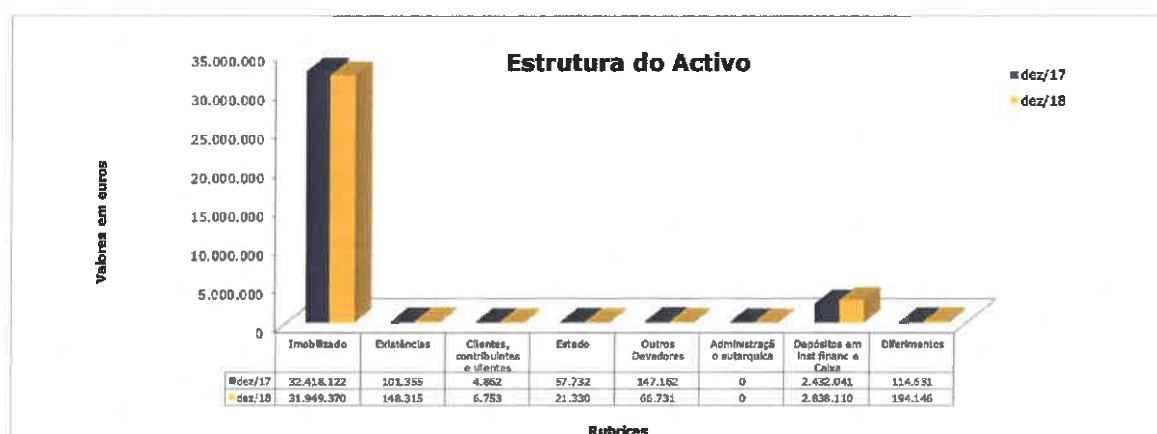


Comparativamente a 31 de Dezembro de 2017, a situação patrimonial do Município evoluiu favoravelmente, registando:

- ❖ Diminuição de cerca de 51m€ do activo total;
- ❖ Diminuição de 4,8%, cerca de 840m€, do passivo.
- ❖ Aumento dos Fundos Próprios, em cerca de 4,4%, aproximadamente 789m€;

2.1.1. Análise da evolução do Ativo

Comparativamente a 31 de Dezembro de 2017, o Ativo apresenta a seguinte evolução:

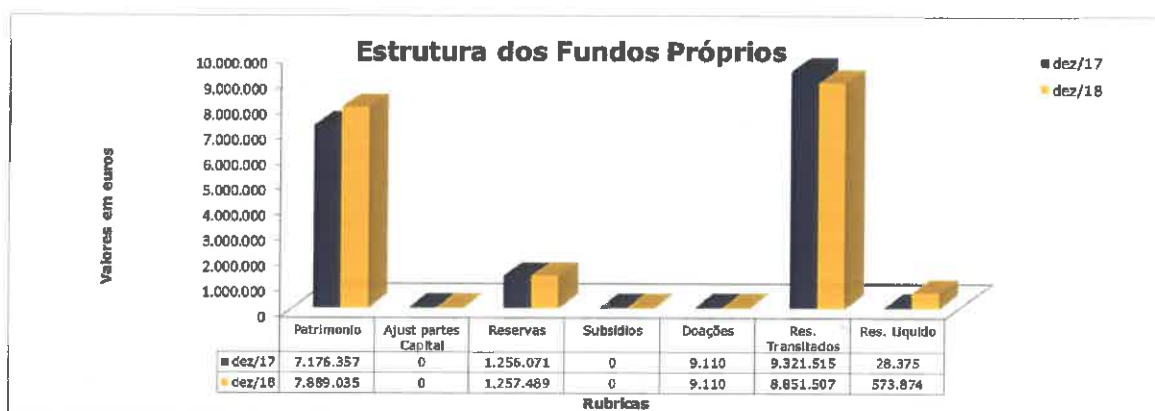


- i. O Ativo Líquido em 31 de Dezembro de 2018 é de 35,2 milhões de euros contra 35,3 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2017. A variação não se mostra significativa tendo sido de 51m€;
- ii. A variação registada no Ativo Líquido justifica-se sobretudo pelas reduções verificadas nas rubricas de Imobilizado (469m€) e Outros Devedores (80m€, - 55%), as quais, foram compensadas pelo aumento de 17% na rubrica de Depósitos Bancários e Caixa, num total de cerca de 406m€. Esta rubrica representa, em 31 de Dezembro de 2018, 8% do Total do ativo Líquido, aumentando em 1 pp face ao peso relativo que apresentava no exercício anterior.

A rubrica mais representativa do ativo continua a ser o Imobilizado, ocupando 91% do total do activo, embora registe uma redução de 1pp face ao peso relativo apresentado em 31 de Dezembro de 2017.

2.1.2. Análise da evolução dos Fundos Próprios e do Passivo

2.1.2.1. Os Fundos Próprios apresentam a seguinte decomposição:



Face a Dezembro de 2017, os Fundos Próprios registaram:

- a variação positiva associada ao resultado líquido apurado no período, no montante de 574m€;
- a variação positiva líquida de 244 mil euros associada ao reconhecimento de redes de águas, esgotos e adutoras e abate de 3 quotas partes do valor líquido do canil por efeito da doação aos 3 Municípios que comparticiparam a sua construção, em cumprimento do protocolo celebrado em anos anteriores.

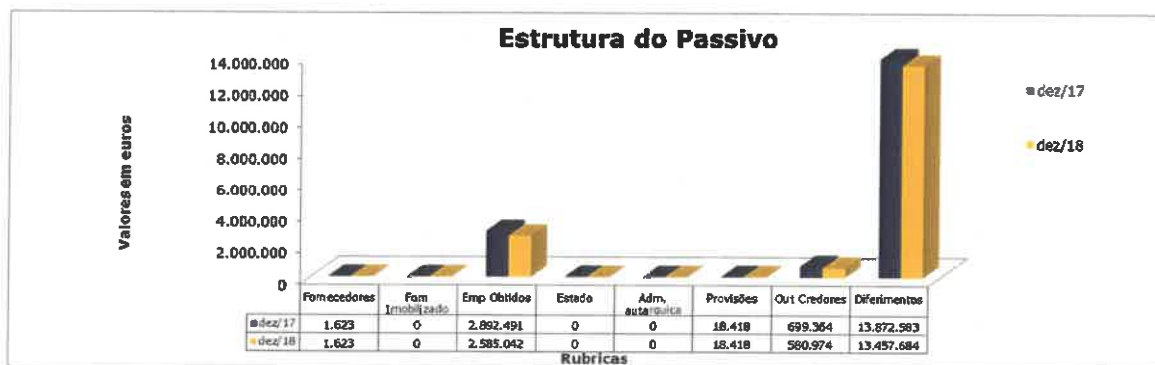
Em 31 de Dezembro de 2018 cerca de 52,74% do total dos ativos do Município mostram-se financiados por Fundos Próprios.

Considerando que:

- a) os fundos permanentes (Fundos próprios e capitais alheios de MLP) acrescidos dos Proveitos Diferidos (subsídios), representam 95% do total ativo e,
- b) os investimentos de carácter permanente (ativo imobilizado líquido) representam 91% do total do ativo,

conclui-se pelo equilíbrio financeiro do Município (os ativos fixos não são financiados por capitais alheios de curto prazo).

2.1.2.2. Comparativamente a Dezembro de 2017, o Passivo apresenta, em 31 de Dezembro de 2018, a seguinte evolução:



- i. O Passivo Total, regista uma diminuição de, aproximadamente, 840m€, face a 31 de Dezembro de 2017;
- ii. Não se verificaram aumentos nas rubricas do passivo.
- iii. A rubrica de Empréstimos Obtidos registou um decréscimo de cerca de 11%, aproximadamente 307m€. Em Dezembro de 2017, o seu peso relativo no total do Passivo reduziu cerca 1pp face a 31 de Dezembro de 2017;
- iv. A rubrica de Diferimentos registou uma diminuição de aproximadamente 415m €, relacionada com:
 - . reposição de subsídios ao investimento, parcialmente compensada em 2017 pela especialização de novos subsídios ao investimento;
 - . reposição de valores especializados em 31 de Dezembro de 2017 de remunerações com férias e subsídio de férias a pagar em 2018, parcialmente compensado pela especialização a Dezembro de 2018 dos valores a liquidar em 2019.

2.2. Análise económico-financeira

2.2.1. Análise Económica

Comparando a demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2018 com a do período homólogo de 2017, concluímos o seguinte:

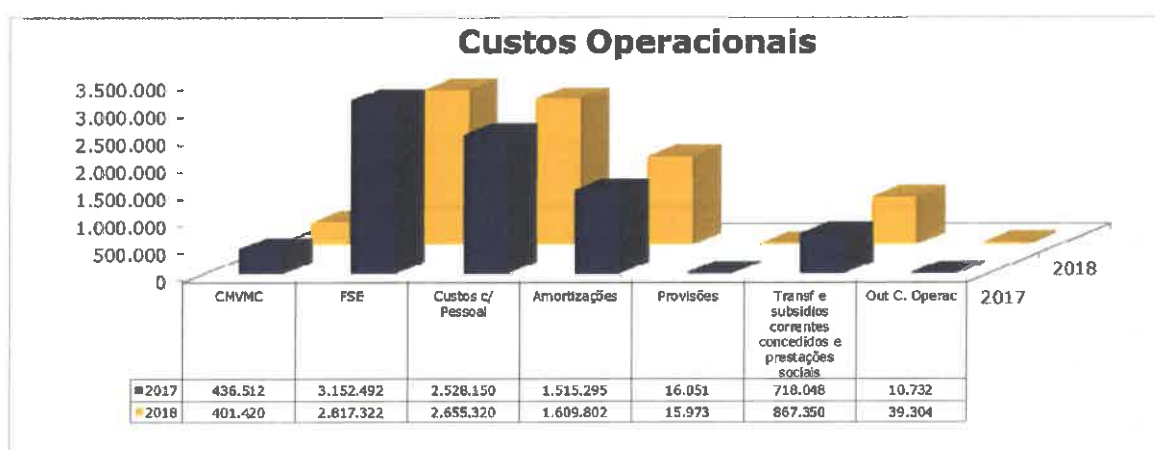
A. Evolução dos Proveitos Operacionais



- i. Comparativamente ao exercício anterior, os Proveitos Operacionais registam um aumento de 5% (354m€).
- ii. A rubrica de "Transferências e subsídios obtidos" registou um aumento face ao período homólogo de 2017 de cerca de 347m€(5%).
- iii. Os "Impostos e Taxas" apresentam uma variação positiva face ao período anterior, nos montantes de 74m€, resultante, essencialmente, do aumento da cobrança de IMI e IUC verificada em 2018.

B. Evolução de Custos

Os custos operacionais apresentam em 31 de Dezembro de 2018, face ao período homólogo do ano anterior, o seguinte comportamento:

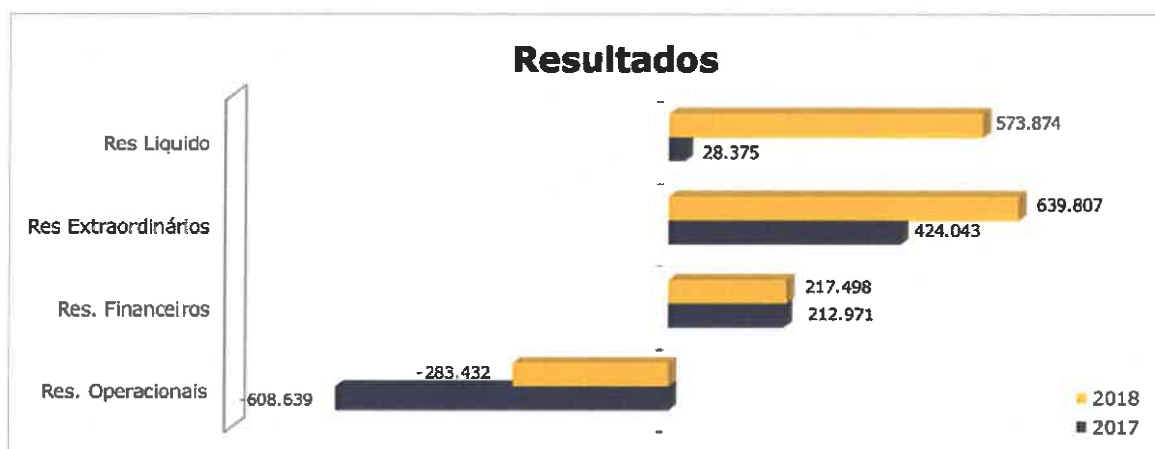


- i. O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC) diminuiu 8%, cerca de 35m€, tendência inversa à verificada no último exercício. O seu peso face ao total dos Custos Operacionais é de 5%, idêntico ao do período homólogo de 2017
- ii. Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) registaram uma diminuição de, aproximadamente 335m€ (-11%). O seu peso é de 34% na estrutura dos Custos Operacionais, verificando-se uma diminuição de 4pp quando comparado com o exercício anterior de 2017.
- iii. A rubrica de "Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais" aumentou em cerca de 149m€, cerca de 21%, face ao período homólogo do ano anterior. A variação resulta do aumento das transferências para as "famílias" e para "Instituições particulares de solidariedade social".
- iv. Os Custos com Pessoal registaram um aumento de 5% face ao período homólogo de 2017. Esta rubrica representa cerca de 32% do total dos Custos Operacionais, sendo a segunda rubrica com maior peso relativo na estrutura de custos, logo a seguir aos Fornecimentos e Serviços Externos.

- v. Nas Amortizações do Exercício verificou-se um aumento de cerca de 95m€ face ao período homólogo de 2017, justificado pela transferência de bens de imobilizado em curso para firme e do reconhecimento das redes de água, esgotos e adutoras.

C. Evolução dos Resultados

A evolução dos resultados no período em causa foi a seguinte:



O Resultado Operacional registado no exercício de 2018, apresenta uma melhoria de cerca de 325m€, face ao período homólogo de 2017. Contudo, o aumento verificado nos proveitos operacionais não foi suficiente para compensar o aumento dos custos operacionais, pelo que o Resultado Operacional apresenta-se ainda negativo.

O Resultado Financeiro manteve-se positivo, algo já verificado em períodos anteriores, tendo registado uma variação pouco significativa de aproximadamente 4m€ face ao período anterior.

Em 31 de Dezembro de 2018, o Resultado Extraordinário, apresenta-se positivo em 640m€, registando uma variação positiva significativa de 216m€, comparativamente ao período homólogo de 2017. As reposições de subsídios ao investimento é a componente mais significativa e que mais contribui para o valor positivo dos resultados transitados.

Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2018

O comportamento das diversas rubricas de resultados conduziu a um aumento do Resultado Líquido, face a 31 de Dezembro de 2017, no valor de 546m€, fixando-se em 574m€.

2.2.2. Análise Financeira

Rádios	Fórmula de Cálculo	31.12.18	31.12.17
Liquidez geral	Activo Circulante / Passivo Circulante	308%	224%
Liquidez reduzida	(Activo Circulante-Existências) / Passivo Circulante	294%	216%
Liquidez imediata	(Depositos em Inst Financeiras + Caixa) / Passivo Circulante	266%	190%
Endividamento	Passivo / Activo	47%	50%
Estrutura de endividamento	Passivo Circulante / Passivo	6%	7%
Autonomia financeira	Fundos Próprios / Activo	53%	50%
Cobertura de Imobilizado pelos Capitais Permanentes	(Fundos Próprios + Dividas a terceiros de MLP) / Imobilizado Líquido	66%	64%

Os rácios de liquidez geral e reduzida revelam que o Activo Circulante evoluiu favoravelmente entre as duas datas em análise, apresentando-se, em 31 de Dezembro de 2018, suficiente para financiar integralmente o Passivo Circulante.

O rácio de liquidez imediata revela que o total de Disponibilidades assegura a cobertura integral das responsabilidades de curto prazo.

O rácio de Autonomia Financeira revela que o Total do Activo é financiado em cerca de 53% por capitais próprios, indicador que registou uma melhoria de 3 pontos percentuais face a Dezembro de 2017 (50%).

O rácio de Estrutura de endividamento apresenta uma ligeira variação face a 31 de Dezembro de 2017, apresentando o valor de 6%. Significa isto que 6% do passivo é de curto-prazo.

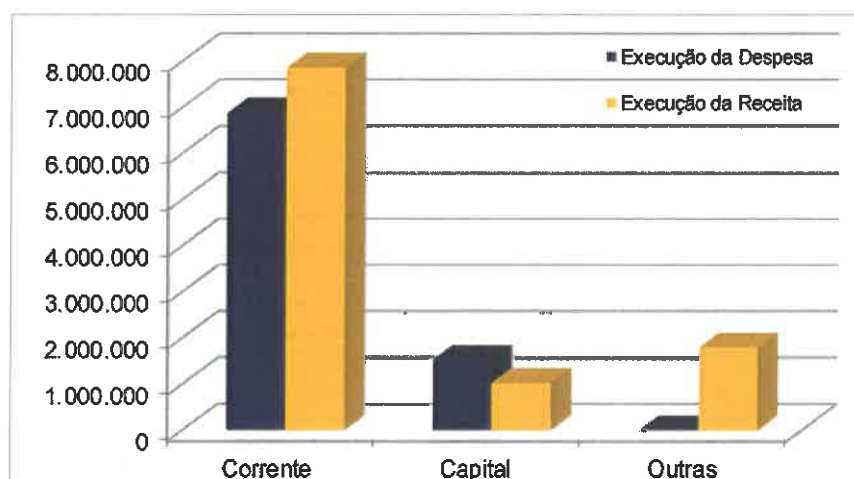
Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2018

O rácio de Cobertura de Imobilizado pelos Capitais Permanentes representa em 31 de Dezembro de 2018 cerca de 66%, revelando que o investimento fixo se encontra financiado parcialmente por Passivo Corrente.

2.3. Análise à Execução Orçamental

À data de 31 de Dezembro de 2018, a execução orçamental era a seguinte:

	Execução da Despesa		Execução da Receita	
	Euro	%	Euro	%
Corrente	6.861.043	81,47%	7.834.612	98,78%
Capital	1.522.391	38,62%	1.016.833	38,46%
Outras			1.787.794	100,00%
Total	8.383.434	67,81%	10.639.238	86,06%



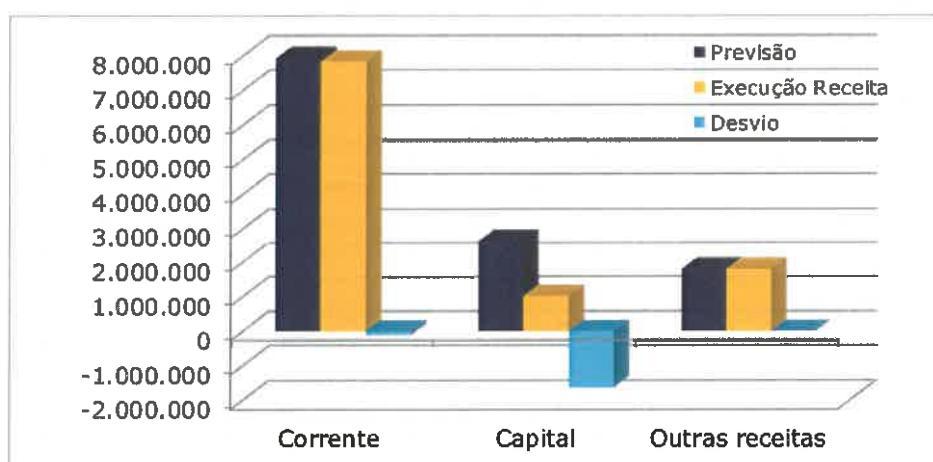
O grau de execução Orçamental mostra-se positivo, em 31 de Dezembro de 2018, dado que a execução da Despesa se apresenta inferior à execução da Receita.

O Município cumpre o princípio orçamental de equilíbrio já que a Receita Corrente cobre a totalidade da Despesa Corrente mais as amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

2.3.1. Controlo Orçamental da Receita

A execução da Receita apresenta, em 31 de Dezembro de 2018, um desvio de 1.724m€, consequência do reduzido grau de execução da Receita Capital que foi de 38%, enquanto a execução da Receita Corrente fixou-se em aproximadamente 99%.

	Previsão Anual	Execução Receita	Desvio	Execução %
Corrente	7.931.592	7.834.612	-96.980	98,78%
Capital	2.643.767	1.016.833	-1.626.934	38,46%
Outras receitas	1.787.794	1.787.794	0	100,00%
Total	12.363.152,43	10.639.238,26	-1.723.914,17	86,06%



Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2018

Por rubrica de Receita, os desvios verificados em 31 de Dezembro de 2018 e consequentes execuções orçamentais foram os seguintes:

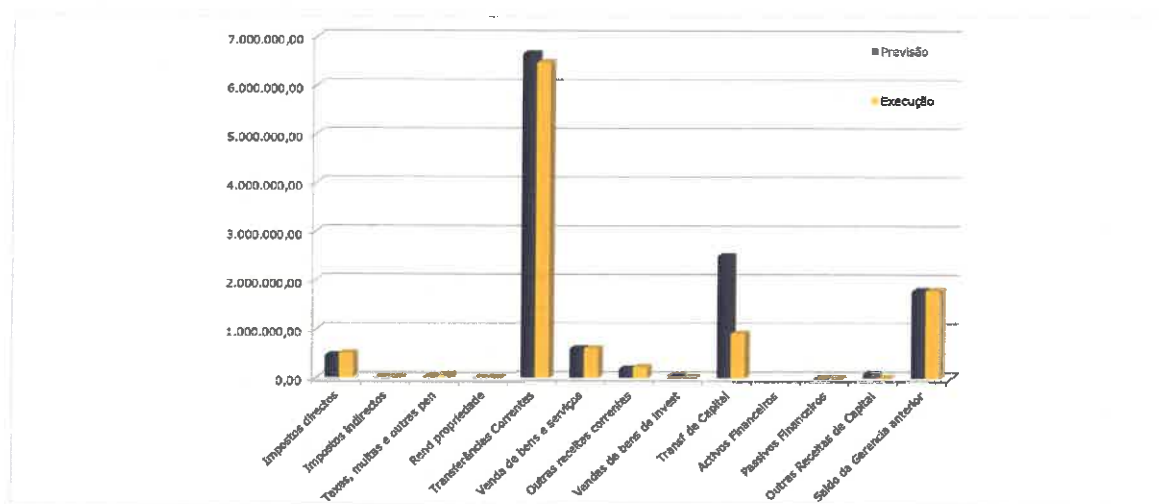
Designação	Previsão Anual	Execução Receita	Desvio	Execução %
Impostos directos	452.100,00	502.202,19	50.102,19	111,08%
Impostos indirectos	8.100,00	1.258,71	-6.841,29	15,54%
Taxas, multas e o. penalidades	33.100,00	41.543,54	8.443,54	125,51%
Rendimentos de propriedade	8.100,00	4.545,45	-3.554,55	56,12%
Transferências Correntes	6.652.991,90	6.469.042,86	-183.949,04	97,24%
Venda de bens e serviços	593.500,00	601.241,33	7.741,33	101,30%
Outras receitas correntes	183.700,00	214.777,81	31.077,81	116,92%
Total de receitas correntes	7.931.591,90	7.834.611,89	-96.980,01	98,78%
Vendas de bens de investimento	56.700,00	90,00	-56.610,00	0,16%
Transferências de Capital	2.500.966,98	908.538,40	-1.592.428,58	36,33%
Activos Financeiros	200,00	108.204,42	108.004,42	54102,21%
Passivos Financeiros	100,00	0,00	-100,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	85.800,00	0,00	-85.800,00	0,00%
Total de receitas capital	2.643.766,98	1.016.832,82	-1.626.934,16	38,46%
Saldo da gerência anterior	1.787.793,55	1.787.793,55	0,00	100,00%
Total de outras receitas	1.787.793,55	1.787.793,55	0,00	100,00%
Total	12.363.152,43	10.639.238,26	-1.723.914,17	86,06%

Nas receitas Correntes, é a rubrica de "Transferências correntes" que regista o maior desvio negativo de execução, em termos absolutos. Todas as outras rubricas registam execuções aproximadas à previsão, sendo que nas rubricas de "Impostos Directos", "Venda de Bens e Serviços", "Taxas, Multas e Penalidades" e "Outras receitas correntes" a execução foi superior ao previsto.

Relativamente às receitas de Capital, a percentagem de execução desta rubrica apresenta desvios significativos face ao projetado, sendo que a execução resulta sobretudo da rubrica de "Transferências de Capital".

Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2018

O comportamento gráfico é o seguinte:



Rácios de Estrutura (Receita Líquida):

Rácios da Estrutura das Receitas Próprias	31.12.18	31.12.17
Impostos Municipais / Total de Receitas	6%	6%
Venda de bens de Investimento / Total de Receitas	0%	0%
Total das Receitas Próprias / Total de Receitas	15%	15%
Total das Transferências / Total das Receitas	83%	85%
Passivos Financeiros / Total das Receitas	0%	0%

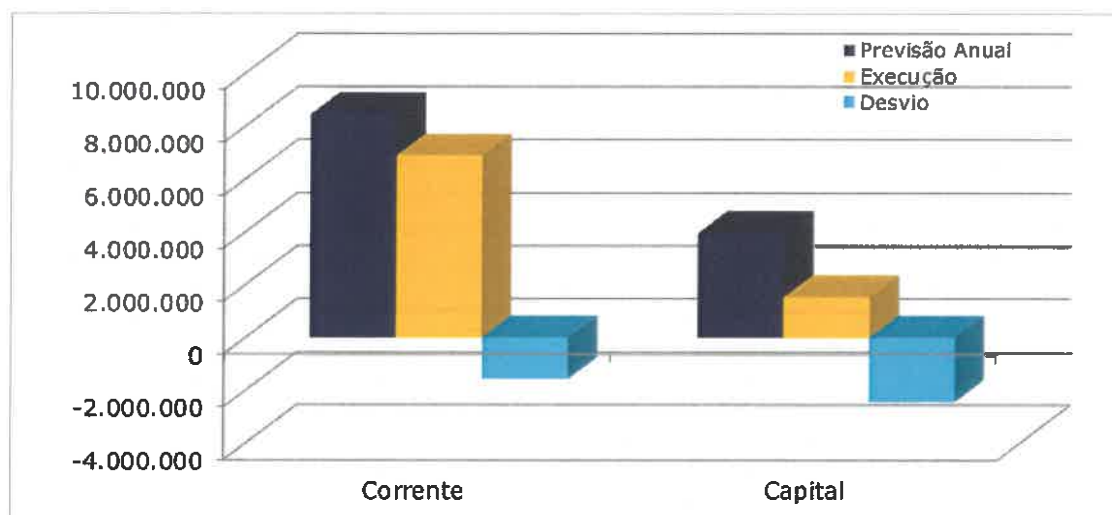
2.3.2. Controlo Orçamental da Despesa

A execução orçamental do Total das Despesas foi de 67,81%, tendo-se apurado um desvio de 3,97M€.

O nível de execução das Despesas de Capital foi de 38,62%, enquanto o da execução das Despesas Correntes foi de 81,47%, tal como pode ser observado no seguinte quadro:

	Previsão Anual	Execução	Desvio	Execução %
Corrente	8.421.152	6.861.043	-1.560.109	81,47%
Capital	3.942.001	1.522.391	-2.419.610	38,62%
Total	12.363.152,43	8.383.433,67	-3.979.718,76	67,81%

A execução orçamental da Despesa e correspondentes desvios evidenciam-se do modo seguinte:



Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2018

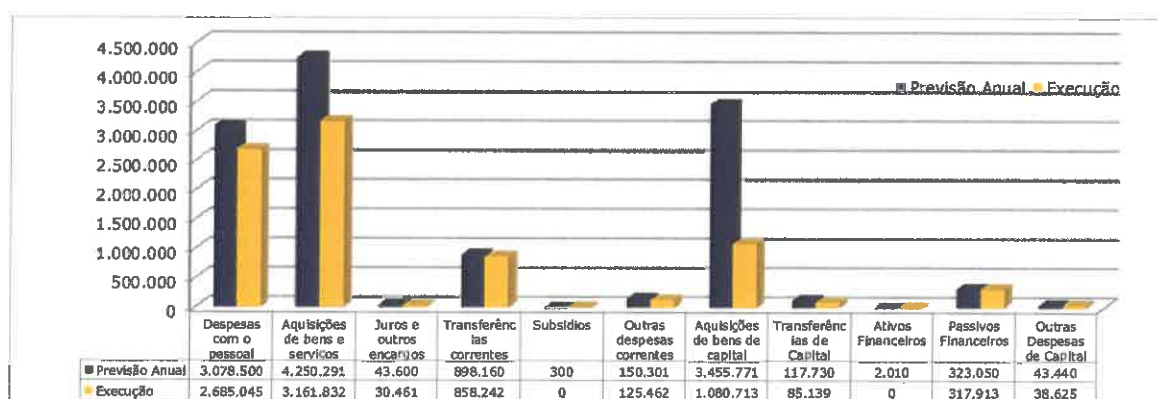
Por rubrica de Despesa, o grau de execução orçamental e correspondentes desvios foram os seguintes:

	Previsão Anual	Execução	Desvio	Execução %
Despesas com o pessoal	3.078.500	2.685.045	-393.455	87,22%
Aquisições de bens e serviços	4.250.291	3.161.832	-1.088.459	74,39%
Juros e outros encargos	43.600	30.461	-13.139	69,87%
Transferências correntes	898.160	858.242	-39.918	95,56%
Subsidios	300	0	-300	0,00%
Outras despesas correntes	150.301	125.462	-24.839	83,47%
Total Despesas Correntes	8.421.151,75	6.861.042,95	-1.560.108,80	81,47%
Aquisições de bens de capital	3.455.771	1.080.713	-2.375.057	31,27%
Transferências de Capital	117.730	85.139	-32.591	72,32%
Ativos Financeiros	2.010	0	-2.010	0,00%
Passivos Financeiros	323.050	317.913	-5.137	98,41%
Outras Despesas de Capital	43.440	38.625	-4.815	88,92%
Total Despesas de Capital	3.942.000,68	1.522.390,72	-2.419.609,96	38,62%

O grau de execução abaixo dos valores orçamentados verifica-se em todas as rubricas.

As percentagens de execução orçamental mais elevadas registam-se nas rubricas de "Transferências Correntes" e "Despesas com Pessoal" (Despesas Correntes) e "Passivos Financeiros" e "Outras Despesas de Capital" (Despesas de Capital).

Graficamente a evolução registada foi a seguinte:



Rátios de Estrutura (Despesa executada):

Rátios da Despesa	31.12.18	31.12.17
Transferências correntes / Total das Despesas	10%	8%
Transferências de Capital / Total das Despesas	1%	0%
Despesa Corrente / Total das Despesas	82%	72%
Despesas de Capital / Total das Despesas	18%	28%
Total do Investimento / Total das Despesas	13%	24%

2.4. Limite de Endividamento

A lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, estabelece no art.º 52.º que o limite da dívida total das autarquias, “não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

Procedemos ao cálculo dos limites de endividamento (líquido e Médio e longo prazo), à data de 31 de Dezembro de 2018, concluindo pelo cumprimento, por parte do Município, da legislação aplicável.

**Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2018**

Mapa de determinação do endividamento líquido Municipal (Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro)

	Descrição	Montante
A - Passivos (empréstimos, contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto das instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orgânicas.)	- Empréstimos Bancários (1)	2.585.042
	- Contratos de Leasing	0
	- Dívidas a Fornecedores	1.623
	- Dívidas a Fornecedores Imobilizado	0
	- Dívidas a EOEP	0
	- Dívidas a Outros Credores	0
	Soma dos Passivos	2.586.665
C - Endividamento líquido do Município		2.586.665
D - Endividamento líquido e os empréstimos das associações de Municípios, proporcional à participação do município no seu capital social	Associação de Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano	352
	Associação Nacional de Municípios Portugueses	384
	Comunidade Intermunicipal Terras de Trás os Montes	32.640
	Sub-Total 2	33.377
E - Endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o sector empresarial local, proporcional à participação do município no seu capital social (em caso de incumprimento das regras de equilíbrio das contas previstas no regime jurídico do sector empresarial local)		0
	Sub-Total 3	0
F - Aferição da Dívida Total		2.820.042
G - Limite da Dívida Total (n.º 1, art. 52.º Lei n.º 73/2013, de 3 de Dezembro)	Valor apurado pela DGAL	10.848.773
H - Limite da Dívida Município (n.º 3, art. 52.º Lei n.º 73/2013, de 3 de Dezembro)	Dívida Total Final 31.12.17	2.912.430
	Aumento permitido	1.587.266
	Limite Dívida total permitida no final de 2018	4.499.696
I - Capacidade líquida de Endividamento	Situação do Município face ao limite da dívida total	1.879.657

Porto, 11 de Abril de 2019

Maria de Fátima Pereira (ROC n.º 835)

Em representação de

Fátima Pereira & Carlos Duarte,

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas